

A agenda para 1999

A agenda brasileira para 1999 é ampla e trabalhosa. Mas as condições para realizá-la são bem melhores hoje do que se imaginava dois meses atrás. O ponto central é que, nas circunstâncias atuais, já está garantida uma recuperação na atividade econômica para o segundo semestre, mesmo que haja atraso na aplicação de medidas voltadas para um ajuste fiscal duradouro.

Isso é positivo para o momento. Pode vir a ser negativo para o futuro.

Entre os fatores que garantem a recuperação da atividade, o principal é algo que não aconteceu: a explosão inflacionária. Na última semana, a Fipe já havia reduzido sua previsão de inflação e agora o Dieese informa que seu Índice do Custo de Vida, em São Paulo, deve variar apenas 3% neste ano.

Está comprovado: a inflação é coisa do passado. Mas nunca é demais mostrar os efeitos positivos da estabilidade. Primeiro, mantém o poder aquisitivo, especialmente dos mais pobres. Segundo, não desorganiza a atividade produtiva.

Além disso, outros fatores favoráveis à recuperação estão postos: a boa safra agrícola; os fortes investimentos em setores já privatizados e a privatizar; o baixo endividamento das empresas e dos consumidores (que podem voltar aos crediários com a queda nos juros); um sistema financeiro já saneado (ao contrário do que acontece na Ásia, onde bancos em situação lastimável atrasam a recuperação); e a queda das taxas de juros, a que já ocorreu e a que está por ocorrer.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, voltou a dizer que a taxa real de juros, descontada a inflação, deve estar abaixo dos 10% no final do ano.

Outro fator positivo é a capacidade ociosa da indústria brasileira. Durante os últimos anos, submetida à forte competição internacional, a empresa brasileira sobrevivente ganhou eficiência e competitividade. Pode, assim, aumentar rapidamente sua produção sem a necessidade de pesados investimentos.

Entre os fatores que não ajudam, um preocupa mais: as exportações não decolaram. As causas são conhecidas: falta de financiamento ao exportador, queda de preços dos produtos brasileiros, recessão na Ásia e crescimento modesto na Europa, que são fregueses importantes. Mas os Estados Unidos mantêm seu crescimento, a Europa pode avançar mais e o financiamento externo ao Brasil começa a voltar, de modo que o real desvalorizado em algum momento vai empurrar os negócios externos.

Nesse cenário, o papel do governo, além de fazer mais pelas exportações, é manter os termos do acordo com o FMI — especialmente o superávit primário nas contas públicas, aliás bem facilitado pelo aumento de impostos já votado.

Só com isso o País sai do buraco nos próximos meses, mesmo que o governo não faça mais nada e



o Congresso não vote mais nada. Isso é um alívio, porque nunca é bom depender dos políticos e de sua extrema capacidade de desviar de assuntos importantes para holofotes de CPI e luta por cargos no governo.

Mas seria um enorme equívoco concluir que o País poderá voltar a crescer independentemente do que fizerem os políticos. Cabe aqui a advertência feita por Alan Greenspan, presidente do Federal Reserve, o banco central americano. Os brasileiros, disse

ele, "parecem ter acertado na maioria das coisas", mas a estrutura fiscal continua "um problema".

Isso reflete a percepção internacional em relação ao Brasil, manifestada também na reunião do Fórum Econômico Mundial realizada em Santiago na semana passada. Como resumiu o vice-diretor do FMI, Stanley Fischer, a saída da desvalorização é um sucesso, mas seria um desastre se isso e mais a CPI levassem os políticos a se esquecer das reformas.

Coloca-se aqui o aspecto negativo do atual cenário. É, de fato, possível que o governo e sua complicada base parlamentar percam o interesse pelas reformas fiscais quando a economia der sinais fortes de recuperação sem que essas reformas tenham sido completadas.

A tentação não será pequena, pois a agenda fiscal é extensa e trabalhosa. Só para destacar os

pontos principais: reforma tributária; segunda fase da reforma da previdência; lei de responsabilidade fiscal e complementação da reforma administrativa (especialmente a regulamentação da demissão de funcionários por excesso de pessoal); e reforma da legislação trabalhista.

Essas são as medidas que, de um lado, permitem uma solução duradoura para o desequilíbrio do setor público e, de outro, desoneram e desobstruem a atividade produtiva.

É um equívoco grave pensar que o País pode progredir, descontada a ação dos políticos

Seria ingenuidade pretender que a agenda seja integralmente cumprida neste ano. Nem é necessário. O mais importante é que permaneça na pauta política e itens parciais sejam

votados num ritmo freqüente, ainda que às vezes mais lento. O pior é o adiamento sucessivo, com o Congresso e o governo ocupados com o curtíssimo prazo, para não dizer com a fisiologia.

A alternativa, portanto, é a seguinte: uma recuperação da atividade econômica criando um ambiente positivo, favorável ao avanço das reformas, as quais, de sua vez, garantem crescimento duradouro; ou uma recuperação agora, mas logo abortada pela falência do esforço fiscal.

Em resumo, uma bolha de crescimento ou um longo período de desenvolvimento sustentado.